



Com a devida vénia transcrevemos artigo publicado na edição de hoje do Jornal de Negócios on line

Sindicato acredita que BIC poderá integrar até 1200 trabalhadores do BPN

Lusa -

O BIC poderá integrar até 1.200 trabalhadores do BPN, considerou hoje o presidente do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas. O acordo com o Governo diz que o banco luso-angolano tem de ficar, no mínimo, com 750 trabalhadores.

O BIC poderá integrar até 1.200 trabalhadores do BPN, considerou hoje o presidente do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas, que está a negociar o acordo de empresa do banco nacionalizado com o Governo, essencial para ser concluída a compra da instituição.

"Com a dimensão nacional e a abrangência que o BIC pretende ter, deverá precisar de 1.000 a 1.200 trabalhadores", disse à agência Lusa o presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Rui Riso.

Segundo o dirigente sindical, tendo em conta que ficou acordado que o BIC vai manter 160 agências, além de que este poderá diversificar a sua atividade (para o negócios dos cartões, por exemplo, que tem elevada rendibilidade), há a expectativa que "os números de trabalhadores sejam superados de forma significativa".

De acordo com o protocolo acordado entre o BIC e o Governo, o banco luso-angolano tem de ficar, no mínimo, com 750 trabalhadores do BPN.

O presidente do Banco BIC, Mira Amaral, disse na quarta-feira à Lusa que o banco deverá ficar com mais do que 750 trabalhadores do BPN, mas avisou que a decisão só será tomada no final do ano.

"Já fizemos uma análise dos serviços centrais. Quando tomarmos conta do banco havemos de fazer uma análise das agências e centros de empresa e só depois disso, no fim do ano, podemos dizer com quantos trabalhadores iremos ficar", acrescentou Mira Amaral, garantindo que não lhe seria "arrancado" qualquer número.

Dos trabalhadores com que o BIC ficar, vai depender também aqueles que serão integrados nas sociedades veículo que receberam os ativos problemáticos do BPN.

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas está também neste momento a negociar com o Ministério das Finanças alterações ao Acordo de Empresa do BPN, um ponto que ficou definido no acordo com o Governo como essencial para a concretização do negócio, que deverá ficar fechado até 15 de Fevereiro.

"Está no acordo com o Governo que só tomamos conta do BPN se tiver o mesmo Acordo de Empresa do Banco BIC, não quero ter dois instrumentos de contratação coletiva, daria uma grande confusão", disse também na quarta-feira à Lusa o presidente do BIC, Mira Amaral.

Depois da reunião esta semana com a Secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, Rui Riso disse que está tudo encaminhado para fazer alterações, sobretudo em questões que dizem respeito à Segurança Social, que são "áreas mais sensíveis", mas alertou que em próximos acordos o Governo deve chamar os sindicatos com mais tempo.

"Este processo é urgente e vamos negociá-lo nos próximos dias. Pretendemos fazer ajustes ao Acordo de Empresa do BIC e fazer com que empresas veículos adiram ao Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário para garantir os direitos dos trabalhadores", afirmou Rui Riso à Lusa.

O acordo para a compra do BPN pelo Banco BIC foi assinado a 9 de Dezembro pelo Ministério das Finanças, tendo o banco de capitais luso-angolanos pagado 10 milhões de euros pela operação, o equivalente a 25 por cento do valor total do negócio.

O Banco BIC pagará mais do que o preço acordado pelo BPN (40 milhões de euros) se ao fim de cinco anos os lucros acumulados excederem 60 milhões de euros.